

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA MG possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de dezembro de 2014:

Copasa Águas Minerais de Minas S/A (“Águas Minerais”) - criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.

Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) - criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Copasa Serviços de Irrigação S/A (“Serviços de Irrigação”) - criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº. 46.080 de 12 de novembro de 2012, a Diretoria Executiva da Copasa Serviços de Irrigação S/A considerou cumpridas as atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei Estadual nº. 16.698 de 17 de abril de 2007. Desta forma as ações necessárias à transferência da gestão do Projeto Jaíba II para o Distrito de Irrigação do Jaíba - DIJ foram concluídas em 02 de março de 2013, quando venceu o contrato de prestação de serviços nº. 460/12 firmado com a RURALMINAS em 03 de setembro de 2012. A Administração está tomando providências para encerrar a Copasa Serviços de Irrigação S/A junto aos órgãos de registro de empresas mercantis.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atua em 894 localidades no Estado de Minas Gerais (888 em dezembro de 2013), em operações de abastecimento de água ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.789.035 economias atendidas (4.647.083 em dezembro de 2013). Merece destaque as vinte maiores concessões dos serviços de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário		
Localidade	Nº de Economias	Venci-mento	Localidade	Nº de Economias	Venci-mento
Belo Horizonte	995.299	2034	Belo Horizonte	960.142	2034
Contagem	235.807	2073	Contagem	209.799	2073
Betim	143.397	2042	Montes Claros	136.492	2028
Montes Claros	135.186	2028	Betim	116.647	2042
Ribeirão das Neves	101.459	2034	Ipatinga	90.394	2022
Divinópolis	92.221	2041	Divinópolis	82.206	2041
Ipatinga	83.907	2022	Ribeirão das Neves	77.227	2034
Santa Luzia (i)	70.914	2013	Patos de Minas	56.764	2038
Patos de Minas	57.053	2038	Santa Luzia (i)	55.566	2013
Ibirité	53.601	2034	Pouso Alegre	51.957	2046
Pouso Alegre	52.308	2046	Varginha (i)	50.333	2013
Varginha (i)	51.397	2013	Conselheiro Lafaiete	44.386	2044
Conselheiro Lafaiete	51.201	2044	Ibirité	42.099	2034
Teófilo Otoni	43.659	2034	Araxá	39.817	2032
Sabará	43.035	2042	Lavras	39.144	2034
Lavras	41.248	2034	Teófilo Otoni	38.174	2034
Araxá	40.970	2032	Itajubá	34.111	2034
Nova Lima	37.614	2028	Sabará	33.031	2042
Ubá (i)	36.497	2014	Alfenas	32.433	2033
Itajubá	36.321	2034	Coronel Fabriciano	31.562	2033

- (i) Os contratos de concessão com alguns municípios acima citados estão vencidos e a Companhia está envidando esforços para renovar estas concessões, estando em processo de negociação com os referidos municípios. Os dados relativos ao faturamento de água e esgoto no período de janeiro a dezembro nestes municípios estão listados abaixo:

Município	Vencimento	Faturamento água e esgoto (R\$)		% sobre faturamento	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Varginha	01/09/2013	49.110	46.913	1,34	1,33
Santa Luzia	01/12/2013	50.895	48.227	1,39	1,37
Ubá	01/02/2014	17.140	16.418	0,47	0,46

Encontram-se vencidas, em 31 de dezembro de 2014, 79 concessões (55 em dezembro de 2013), que representam cerca de 8,84% das economias totais da Companhia (6,19% em dezembro de 2013), sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais.

A diretoria executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 da controladora e consolidadas em 18 de março de 2015.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações Financeiras individuais - Controladora

As Demonstrações Financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação de método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações Financeiras consolidadas - Consolidado

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

	% de participação no capital	
	Total	Votante
Controladas:		
Copasa Águas Minerais de Minas S/A	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A	100	100

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. Essas controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As Demonstrações Financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa em uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria-Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui dois segmentos distintos, um representado pelo segmento de serviços de água e esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, e o outro representado pela venda de produtos pela sua subsidiária Copasa Águas Minerais de Minas S/A. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 Ativos financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

3.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia e suas subsidiárias, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadoria no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

- **Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:**

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

- **Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:**

É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos há mais de 180 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Para os créditos de valor até R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica “despesas com vendas”.

Para os créditos de valor acima de R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica “despesas com vendas”, desde que já esteja iniciado o processo de cobrança judicial. Caso contrário, esses valores são mantidos na conta de provisão para perda ao valor recuperável.

- **Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:**

Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.

- **Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:**

A Companhia não constitui provisão para perda ao valor recuperável dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

- **Provisão complementar:**

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que já possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda ao valor recuperável.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.7 Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (município) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Ativos intangíveis

(a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.20, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 3.7. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo de aquisição é acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA MG de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios, acrescidos de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia aos municípios como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.10 Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos termos da IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, que possam ser mensurados com segurança e a vida útil econômica for superior a doze meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo ou da companhia de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 3.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “outras receitas/despesas operacionais” na demonstração do resultado.

3.11 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15 Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço dos países que a controladora e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias de créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- o imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizada. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

(c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

3.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera três planos de pensão: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldado e do novo Plano de Contribuição Definida. Essa estratégia resultou em uma redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano recebe apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”) e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante e aplicadas conforme Nota 17. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual à contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, com base em metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

3.17 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e ao mesmo tempo evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e por consequência nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

3.18 Capital social

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

(a) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11- Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita é atribuída com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável (*impairment*) é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(d) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

(e) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.20 Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com interveniência do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrança de tarifa dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado na Nota 3.9.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto aquele com o Município de Ipatinga, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado na Nota 3.7.

3.21 Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

3.22 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- (a) IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- (b) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a margem da receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$18.256. Caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da Administração, a margem da receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$14.936.

(b) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros, que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 13.

(f) Contratos de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui empréstimos e financiamentos para os quais são exigidos o cumprimento de determinados índices financeiros e outras condições (*covenants* - Nota 12). Alguns contratos preveem que no caso de descumprimento desses índices a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso isso não ocorra, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida. A Companhia entende que mesmo no caso do não atingimento dos índices financeiros, quando houver a possibilidade da Companhia apresentar garantias adicionais no prazo previsto e evitar que o credor decrete a dívida vencida antecipadamente, esta situação está sob controle da Companhia, até o término desse período de cura.

Com o objetivo de minimizar o risco de descumprimento desses *covenants*, a Administração da Companhia realiza sua verificação trimestralmente, considerando as fórmulas de cálculo dos índices especificadas em cada contrato, observa os prazos estabelecidos para a comunicação com as instituições financeiras, bem como o reflexo do descumprimento de cláusulas de um contrato em outros contratos (“*cross-default*”).

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 894 localidades do Estado de Minas Gerais. Os Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

As tarifas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reguladas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE - MG). Estas tarifas devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, como explícito na Lei Federal nº. 11.445/07, cabendo, portanto, à ARSAE - MG determiná-las através de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que tem por objetivo o realinhamento de preços das tarifas, em face à inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água e esgoto faturados multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões, bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão descritos na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, R\$558.964 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões (R\$494.836 em dezembro de 2013) por ativos não depreciados no período da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos saldos da Companhia de contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos, para fins de prestação dos serviços de concessão, e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receitas de construção	978.301	707.082
Custos de construção	(961.705)	(690.573)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Recursos em caixa e bancos	49.509	40.125	51.480	41.582
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	279.559	220.356	279.559	220.356
Total	329.068	260.481	331.039	261.938

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2014, foi de 100,0% a 110,5% (2013 - 100,0% a 110,5%). No exercício de 2014 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$21.933 (R\$28.237 em 2013).

Nos exercícios de 2014 e de 2013, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	220.356	449.223	220.356	449.223
Novas aplicações	2.612.585	1.724.259	2.612.585	1.724.980
Rendimentos	21.933	28.237	21.934	28.282
Resgates	(2.575.315)	(1.981.363)	(2.575.316)	(1.982.129)
Em 31 de dezembro	279.559	220.356	279.559	220.356

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

(a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	196.575	253.415	199.674	256.176
Vencidos até 30 dias	71.479	51.071	72.209	51.627
Vencidos de 31 até 60 dias	38.286	32.778	38.766	33.135
Vencidos de 61 até 90 dias	20.011	22.598	20.348	22.844
Vencidos de 91 até 180 dias	30.117	32.919	30.844	33.278
Vencidos acima de 180 dias	21.864	16.186	22.029	16.362
Valores faturados	378.332	408.967	383.870	413.422
Valores a faturar	338.021	311.474	338.702	312.787
Contas a receber de clientes	716.353	720.441	722.572	726.209
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(30.268)	(23.336)	(31.846)	(24.004)
	686.085	697.105	690.726	702.205
Contas a receber de longo prazo (i)	197.511	212.580	197.511	212.580
Contas a receber de clientes, líquidas	883.596	909.685	888.237	914.785

(i) Refere-se a termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 11.

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014, do total das contas a receber de clientes da controladora, no valor de R\$732.107 (R\$777.469 em dezembro de 2013) e do consolidado R\$735.887 (R\$781.543 em dezembro de 2013) estavam adimplentes.

Em 31 de dezembro de 2014, na controladora as contas a receber de clientes no valor de R\$151.489 (R\$132.216 em dezembro de 2013) e do consolidado R\$152.350 (R\$133.242 em dezembro de 2013) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Até três meses	114.047	100.298	114.410	101.014
De três a seis meses	28.330	24.575	28.795	24.863
Acima de seis meses	9.112	7.343	9.145	7.365
Total	151.489	132.216	152.350	133.242

Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber de clientes da controladora, no total de R\$30.268 (R\$23.336 em dezembro de 2013) e do consolidado, no valor de R\$31.846 (R\$24.004 em dezembro de 2013) são consideradas irrecuperáveis. As contas a receber individualmente irrecuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais é vedada, legalmente, a interrupção dos serviços de fornecimento de água tratada e coleta de esgotamento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada.

Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	1.553	1.650	1.634	1.697
Vencidos até 30 dias	1.797	1.423	1.891	1.463
Vencidos de 31 a 60 dias	1.741	1.418	1.831	1.458
Vencidos de 61 a 90 dias	1.714	1.333	1.804	1.373
Vencidos de 91 a 180 dias	5.108	4.432	5.375	4.559
Vencidos de 181 a 360 dias	10.510	8.431	11.057	8.671
Vencidos acima de 360 dias	7.845	4.649	8.254	4.783
Total	30.268	23.336	31.846	24.004

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	23.336	19.517	24.004	19.910
Provisão para perdas de contas a receber	92.358	73.672	95.377	75.648
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(85.426)	(69.853)	(87.535)	(71.554)
Em 31 de dezembro	30.268	23.336	31.846	24.004

A provisão para perdas do valor recuperável do contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (i)	137.208	133.410	137.208	133.410
Créditos com controladas (ii)	16.432	109.790	-	-
Aplicação financeira vinculada (iii)	48.945	28.936	48.945	28.936
Aplicação financeira vinculada (iv)	32.829	68.444	32.829	68.444
Ativos financeiros disponíveis para venda (v)	40.748	48.638	40.748	48.638
Outros	49.333	54.524	49.603	54.835
Total	325.495	443.742	309.333	334.263
Ativo não circulante	(325.495)	(443.742)	(309.333)	(334.263)
Ativo circulante	-	-	-	-

- (i) As cauções em garantia de empréstimos e debêntures estão detalhadas no itens “b” e “c” da Nota 12 e no item “c” da Nota 09;
- (ii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital, contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA MG às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$4.651 referente à Águas Minerais, R\$11.706 referente à COPANOR e R\$75 referente à Copasa Serviços de Irrigação, (R\$96.178, R\$12.733 e R\$879 em dezembro de 2013, respectivamente). De acordo com AGE de 14 de abril de 2014 da subsidiária Águas Minerais, o valor da rubrica “créditos com controladas” foi reduzido em R\$96.178 devido à integralização de capital na referida subsidiária através da utilização do saldo do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, existente em 31 de dezembro de 2013.
- (iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado baseado no cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras estipuladas nos contratos. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (Nota 11 item (c)).
- (iv) Os recursos provenientes da integralização da 5ª emissão de debêntures (Nota 12 (b)) foram depositados em favor da COPASA MG em conta de liquidação mantida pela Caixa Econômica Federal. A liberação de recursos da conta de liquidação para a conta de livre movimentação será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da COPASA MG, e dependerá de prévia comprovação ao agente fiduciário do cumprimento das condições de liberação previstas na referida escritura. Os valores disponíveis na conta de liquidação que ainda não foram destinados para o desenvolvimento dos projetos, estão investidos no “fundo de investimento caixa corporativo II referenciado DI longo prazo”, administrados pela Caixa Econômica Federal, cujo rendimento em 2014 foi de R\$6.548 (R\$9.364 em 2013).
- (v) Refere-se ao saldo de investimento sem influência significativa na empresa Foz de Jeceaba.

08. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2014, a subsidiária Águas Minerais apresenta patrimônio líquido de R\$13.578 que está registrado na rubrica “investimentos” (em 31 de dezembro de 2013 apresentava patrimônio líquido negativo de R\$73.699 registrado no passivo não circulante, na rubrica “provisão para perdas em investimentos”). As subsidiárias COPANOR e Serviços de Irrigação apresentam patrimônio líquido negativo de R\$13.171 (R\$12.647 em 31 de dezembro de 2013), para o qual a Companhia constituiu provisão para perdas, registrada no passivo não circulante, na rubrica “provisão para perdas em investimentos”.

A movimentação da provisão para perdas destes investimentos é a seguinte:

	31/12/2013	Transferência de AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2014
Águas Minerais	(73.699)	96.178	(8.901)	13.578
COPANOR	(11.884)	-	(1.109)	(12.993)
Serviços de Irrigação	(763)	-	585	(178)
Total	(86.346)	96.178	(9.425)	407

Conforme AGE de 14 de abril de 2014 da subsidiária Águas Minerais, houve aumento do capital da referida subsidiária, através da integralização do saldo do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, existente em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$96.178.

A subsidiária Águas Minerais, cujas operações iniciaram-se em setembro de 2008, vem apresentando prejuízos em razão do alto volume de investimentos aplicados em recursos de adequações de projetos fabris e industriais, na modernização dos equipamentos de envasamento, na adequação do “mix” de produtos às demandas do mercado, além de reformas nas quatro fábricas para atendimento às exigências dos órgãos reguladores.

A absorção dos prejuízos começará a ser integralmente efetivada a partir do aumento da capacidade de utilização da vazão outorgada para a exploração das fontes de águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, em 42% e 58,65% a partir dos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

As demonstrações contábeis da subsidiária Águas Minerais, base para a equivalência patrimonial e consolidação da Companhia, foram preparadas no pressuposto de sua continuidade, e não incluem ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade dessa subsidiária continuar operando.

Em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº. 46.080 de 12 de novembro de 2012, a Diretoria Executiva da Serviços de Irrigação considerou cumpridas as atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei Estadual nº. 16.698 de 17 de abril de 2007. Desta forma as ações necessárias à transferência da gestão do Projeto Jaíba II para o Distrito de Irrigação do Jaíba - DIJ foram concluídas em 02 de março de 2013, quando venceu o contrato de prestação de serviços nº. 460/12 firmado com a RURALMINAS em 03 de setembro de 2012. A Administração aguarda autorização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para os procedimentos de baixa da Copasa Serviços de Irrigação S.A. junto aos órgãos de registro de empresas mercantis.

09. Intangível

(a) Controladora

31/12/2014			
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.847.554	(2.778.301)	2.069.253
Esgotamento sanitário	4.410.064	(1.237.415)	3.172.649
Sistemas de uso comum	846.006	(588.397)	257.609
Direitos de uso	372.205	(131.531)	240.674
Outros	90.320	(10.597)	79.723
Total em operação	10.566.149	(4.746.241)	5.819.908
Em obras			
Obras em andamento	1.738.969	-	1.738.969
Total em obras	1.738.969	-	1.738.969
Total do intangível	12.305.118	(4.746.241)	7.558.877

31/12/2013			
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.691.263	(2.612.522)	2.078.741
Esgotamento sanitário	3.627.138	(1.051.718)	2.575.420
Sistemas de uso comum	700.883	(517.595)	183.288
Direitos de uso	337.867	(116.547)	221.320
Outros	78.459	(8.341)	70.118
Total em operação	9.435.610	(4.306.723)	5.128.887
Em obras			
Obras em andamento	1.771.866	-	1.771.866
Total em obras	1.771.866	-	1.771.866
Total do intangível	11.207.476	(4.306.723)	6.900.753

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum (i)				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.078.741	2.575.420	183.288	221.320	70.118	1.771.866	6.900.753
Adições	68.767	72.603	33.000	14.726	21.031	655.849	865.976
Baixas	(56)	(85)	(306)	-	(1.582)	(20.615)	(22.644)
Amortização	(168.257)	(187.494)	(72.476)	(14.911)	(2.976)	-	(446.114)
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	279.885	279.885
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	43.610	43.610
Transferências para ativo financeiro	(1.684)	(44.719)	(3.649)	217	(1.321)	-	(51.156)
Transferências	89.826	754.862	117.628	19.286	(5.881)	(991.627)	(15.906)
Outros	1.916	2.062	124	36	334	1	4.473
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.069.253	3.172.649	257.609	240.674	79.723	1.738.969	7.558.877

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$441.637 como custo dos serviços prestados, de R\$253 como despesas comerciais e de R\$4.224 como despesas administrativas (R\$391.699, R\$211 e R\$1.141, respectivamente, no exercício de 2013).

(b) Consolidado

31/12/2014			
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.847.554	(2.778.301)	2.069.253
Esgotamento sanitário	4.410.064	(1.237.415)	3.172.649
Sistemas de uso comum	846.006	(588.397)	257.609
Direitos de uso	372.265	(131.591)	240.674
Outros	90.320	(10.597)	79.723
Total em operação	10.566.209	(4.746.301)	5.819.908
Em obras			
Obras em andamento	1.738.969	-	1.738.969
Total em obras	1.738.969	-	1.738.969
Total do intangível	12.305.178	(4.746.301)	7.558.877

31/12/2013			
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.691.263	(2.612.522)	2.078.741
Esgotamento sanitário	3.627.138	(1.051.718)	2.575.420
Sistemas de uso comum	700.883	(517.595)	183.288
Direitos de uso	337.927	(116.605)	221.322
Outros	78.459	(8.341)	70.118
Total em operação	9.435.670	(4.306.781)	5.128.889
Em obras			
Obras em andamento	1.771.866	-	1.771.866
Total em obras	1.771.866	-	1.771.866
Total do intangível	11.207.536	(4.306.781)	6.900.755

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum (i)				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.078.741	2.575.420	183.288	221.322	70.118	1.771.866	6.900.755
Adições	68.767	72.603	33.000	14.726	21.031	655.849	865.976
Baixas	(56)	(85)	(306)	-	(1.582)	(20.615)	(22.644)
Amortização	(168.257)	(187.494)	(72.476)	(14.913)	(2.976)	-	(446.116)
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	279.885	279.885
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	43.610	43.610
Transferências para ativo financeiro	(1.684)	(44.719)	(3.649)	217	(1.321)	-	(51.156)
Transferências	89.826	754.862	117.628	19.286	(5.881)	(981.627)	(15.906)
Outros	1.916	2.062	124	36	334	1	4.473
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.069.253	3.172.649	257.609	240.674	79.723	1.738.969	7.558.877

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$441.637 como custo dos serviços prestados, de R\$253 como despesas comerciais e de R\$4.226 como despesas administrativas (R\$391.700, R\$211 e R\$1.150, respectivamente, no exercício de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, as adições ao intangível, no montante de R\$865.976, referem-se substancialmente a obras de ampliação da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão Arrudas, implantação do sistema de tratamento de esgoto de Ibirité e melhorias no sistema de esgotamento sanitário em Caratinga, Contagem e Betim.

- (i) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”, a partir do exercício de 2012.

(c) Parceria público-privada - PPP

Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a Odebrecht Ambiental - Manso S.A., sociedade de propósito específico, assinaram contrato de Parceria público-privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

O prazo de vigência do contrato é de 15 (quinze) anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 20 de dezembro de 2013.

O prazo de vigência contratual contempla (i) o prazo de realização das obras, de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, e (ii) o prazo subsequente de prestação dos serviços, correspondente a 13 (treze) anos. O prazo de vigência estabelecido poderá ser prorrogado nos termos da lei, exclusivamente para a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A contraprestação a que a Sociedade de Propósito Específico - SPE fará jus será paga a partir da data de emissão da autorização para início da operação.

As medições de obras realizadas no exercício de 2014 foram registradas a débito do ativo intangível pelo valor de R\$279.885 e a crédito do passivo não circulante, na rubrica parceria público-privada - Rio Manso.

Este contrato de Parceria Público-Privada está garantido pela cessão fiduciária de parcela da receita decorrente da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante que corresponda, mensalmente, a 1/12 (um doze avos) do valor anual previsto para cada ano de vigência do referido contrato, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 1/6 (um sexto) do valor anual previsto para cada ano de vigência do referido contrato. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$10.573 (em dezembro de 2013 não havia esta caução).

10. Imobilizado

(a) Controladora

31/12/2014			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação			
Máquinas e equipamentos	267.588	(183.987)	83.601
Veículos	137.261	(108.343)	28.918
Outros	191	(176)	15
	405.040	(292.506)	112.534
Terrenos e edificações	161.896	(78.968)	82.928
Total em operação	566.936	(371.474)	195.462
Total do imobilizado	566.936	(371.474)	195.462

31/12/2013			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação			
Máquinas e equipamentos	252.734	(165.305)	87.429
Veículos	141.973	(106.758)	35.215
Outros	191	(172)	19
	394.898	(272.235)	122.663
Terrenos e edificações	158.559	(75.744)	82.815
Total em operação	553.457	(347.979)	205.478
Total do imobilizado	553.457	(347.979)	205.478

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	87.429	35.215	19	82.815	205.478
Adições	12.663	-	-	1.405	14.068
Baixas	(405)	(63)	-	(18)	(486)
Depreciação	(25.511)	(10.472)	(4)	(3.504)	(39.491)
Transferências	9.438	4.238	-	2.230	15.906
Outros	(13)	-	-	-	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	83.601	28.918	15	82.928	195.462

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$22.415 como custo dos serviços prestados, de R\$6.125 como despesas comerciais e de R\$10.951 como despesas administrativas (R\$21.095, R\$4.588 e R\$9.300, respectivamente, no exercício de 2013).

(b) Consolidado

	31/12/2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação			
Máquinas e equipamentos	288.629	(192.317)	96.312
Veículos	137.886	(108.959)	28.927
Outros	348	(301)	47
	426.863	(301.577)	125.286
Terrenos e edificações	167.865	(80.107)	87.758
Total em operação	594.728	(381.684)	213.044
Total do imobilizado	594.728	(381.684)	213.044

31/12/2013

	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação			
Máquinas e equipamentos	275.717	(172.063)	103.654
Veículos	142.712	(107.480)	35.232
Outros	348	(295)	53
	418.777	(279.838)	138.939
Terrenos e edificações	164.348	(76.493)	87.855
Total em operação	583.125	(356.331)	226.794
Total do imobilizado	583.125	(356.331)	226.794

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	103.654	35.232	53	87.855	226.794
Adições	12.681	-	-	1.585	14.266
Baixas	(1.740)	(63)	-	(18)	(1.821)
Depreciação	(27.655)	(10.480)	(8)	(3.871)	(42.014)
Transferências	9.438	4.238	-	2.230	15.906
Outros	(66)	-	2	(23)	(87)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	96.312	28.927	47	87.758	213.044

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$24.867 como custo dos serviços prestados, de R\$6.125 como despesas comerciais e de R\$11.022 como despesas administrativas (R\$23.523, R\$4.588 e R\$9.446, respectivamente, no exercício de 2013).

11. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i)	50.289	53.764	50.836	54.293
Parcelamento de impostos (ii)	244.914	253.724	244.914	253.724
Depósito para obras (iii)	47.557	30.389	47.560	30.392
Obrigações diversas	41.179	20.086	41.359	20.112
Total	383.939	357.963	384.669	358.521
Passivo não circulante	(256.803)	(250.738)	(256.805)	(250.741)
Passivo circulante	127.136	107.225	127.864	107.780

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
INSS	20.336	19.169	20.518	19.378
COFINS	12.381	15.733	12.482	15.824
PIS	2.688	3.416	2.710	3.436
IRRF	7.196	7.167	7.229	7.196
FGTS	3.580	4.814	3.626	4.869
Outros	4.108	3.465	4.271	3.590
Passivo circulante	50.289	53.764	50.836	54.293

(ii) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA MG serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2014, restam 62 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.

(iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado baseado no cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras estipuladas nos contratos. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência.

Em 31 de dezembro de 2014 existem os seguintes contratos assinados entre a COPASA MG e a ANA:

ETE	Data		Contrato		Saldo atual
	Assinatura	Vencimento	Número	Valor	Nota 07 (b)
Betim Central	11/12/2007	31/12/2017	039/2007	10.160	12.233
Ibirité	21/12/2011	31/12/2018	099/2011	4.612	5.709
Patos de Minas	18/12/2012	31/12/2018	099/2012	8.114	9.394
Cataguases	19/12/2013	01/10/2018	101/2013	3.538	3.849
Carmo do Paranaíba	19/12/2013	30/06/2018	104/2013	2.342	2.548
Mateus Leme	19/12/2013	30/06/2020	105/2013	2.442	2.652
São Gotardo	19/12/2013	30/11/2018	106/2013	3.235	3.520
Igarapé	31/12/2013	31/08/2020	111/2013	4.324	4.662
Ribeirão das Neves/Veneza	31/12/2013	31/07/2018	112/2013	4.061	4.378
Timóteo e Coronel Fabriciano	12/12/2014	31/12/2021	084/2014	2.809	-
Caratinga	12/12/2014	31/01/2020	086/2014	6.437	-
Ribeirão das Neves/Sede	12/12/2014	30/11/2021	087/2014	5.358	-
Total				57.432	48.945

Em 31 de dezembro de 2014, os recursos referentes às ETE's de Timóteo e Coronel Fabriciano, Caratinga e Ribeirão das Neves/Sede ainda não haviam sido liberados.

Em janeiro de 2014, foi reconhecido o direito ao valor repassado pela Agência Nacional de Águas - ANA com crédito de R\$6.542 em receita diferida, sendo R\$1.367 referente a valor remanescente da ETE Onça e R\$5.175 pelo cumprimento da 1ª etapa prevista no contrato referente à ETE Betim Central.

12. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Governo Estadual/BDMG	541	3.047	541	3.047
Caixa Econômica Federal	78.228	123.627	78.228	123.627
Tesouro Nacional	-	3.327	-	3.327
BNDES - BNE	68.600	59.269	68.600	59.269
Notas Promissórias - Bradesco	140.585	-	140.585	-
Finame	13.053	4.981	13.121	4.984
Banco do Brasil	-	-	793	401
União Federal - bônus	611	2.004	611	2.004
KfW	24.535	4	24.535	4
Empréstimos bancários e financiamentos	326.153	196.259	327.014	196.663
Debêntures simples	281.779	275.267	281.779	275.267
Debêntures	281.779	275.267	281.779	275.267
Total circulante	607.932	471.526	608.793	471.930
Não circulante				
Governo Estadual/BDMG	-	1.032	-	1.032
Caixa Econômica Federal	414.603	508.499	414.603	509.061
BNDES - BNE	490.745	485.572	490.745	485.572
Finame	96.515	72.042	97.013	72.042
Banco do Brasil	-	-	1.142	467
União Federal - bônus	66.583	59.654	66.583	59.654
KfW	195.190	65.670	195.190	65.670
Empréstimos bancários e financiamentos	1.263.636	1.192.469	1.265.276	1.193.498
Debêntures simples	1.563.261	1.492.272	1.563.261	1.492.272
Debêntures	1.563.261	1.492.272	1.563.261	1.492.272
Total não circulante	2.826.897	2.684.741	2.828.537	2.685.770
Total circulante e não circulante	3.434.829	3.156.267	3.437.330	3.157.700

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014 os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$286.919 (R\$127.332 em dezembro de 2013), sendo R\$67.194 em dólares e R\$219.725 em euros (R\$61.658 em dólares e R\$65.674 em euros em dezembro de 2013, respectivamente).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	173.935	-	174.399
2016	155.941	137.345	156.664	137.483
2017	124.594	100.523	125.153	100.593
2018	125.012	101.708	125.083	101.778
2019	123.423	103.395	123.494	103.465
2020	117.403	97.934	117.473	98.004
2021	113.175	88.984	113.245	89.054
2022 até 2037	504.088	388.645	504.164	388.722
Total	1.263.636	1.192.469	1.265.276	1.193.498

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo 01 de janeiro	1.388.728	1.381.873	1.390.161	1.381.873
Ingressos de empréstimos e financiamentos	496.639	216.072	498.105	217.634
Encargos provisionados	92.446	105.241	92.540	105.353
Variação monetária e cambial	10.536	19.663	10.536	19.663
Amortização de principal	(306.723)	(227.873)	(307.127)	(228.039)
Amortização de encargos	(91.837)	(106.248)	(91.925)	(106.323)
Saldo 31 de dezembro	1.589.789	1.388.728	1.592.290	1.390.161
Passivo circulante	(326.153)	(196.259)	(327.014)	(196.663)
Passivo não circulante	1.263.636	1.192.469	1.265.276	1.193.498

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia e o Bradesco BBI S.A. assinaram contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de Notas Promissórias Comerciais, em regime de garantia firme, da 2ª emissão da COPASA MG. O montante é de R\$140.000, dividido em 140 NP's em série única de R\$1.000 cada uma, com prazo de vencimento de 360 dias, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, na data do vencimento, incidentes sobre seu valor nominal unitário, correspondentes à variação acumulada de 107% da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “*over extra grupo*”.

Os recursos captados por esta modalidade serão utilizados pela emissora no complemento de seu Programa de Investimentos.

Em 12 de novembro de 2014 a subsidiária COPANOR e o Banco do Brasil assinaram contrato de empréstimo no valor de R\$1.466. A remuneração será composta por juros à taxa de 113% a.a. da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, cujo pagamento será exigido a cada data base, a partir de 21 de dezembro de 2014, no vencimento e na liquidação da dívida.

Este empréstimo tem carência de principal de 4 meses, e a amortização se dará em 30 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$49 com vencimento no dia 21 de cada mês no período compreendido entre 21 de maio de 2015 e 21 de outubro de 2017, data do vencimento final.

Os recursos deste empréstimo serão utilizados exclusivamente para garantir a provisão de fundos em conta corrente de depósitos, sendo que não será permitida qualquer aplicação desse crédito em investimentos fixos e sua utilização fora da agência do Banco do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures têm vencimento até 2037 e cupons médios de 7,63% ao ano (7,66% em dezembro de 2013). Além disso, as linhas de financiamento apresentam seus respectivos saldos devedores atrelados a índices específicos, conforme descrito abaixo:

Controladora / Consolidado	
Linhas de financiamento	Índices
Governo Estadual/BDMG	IGP-M
Caixa Econômica Federal	TR
Tesouro Nacional	TR
BNDES - BNE	Excedente a 6% da TJLP
Nota Promissória	DI
União Federal - bônus	Dólar
KfW	Euro
Banco do Brasil - COPANOR	CDI
Debêntures	(i)

(i) Vide letra “c” da Nota 12.

(b) Garantia dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos financiamentos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

(i) Contratos em moeda estrangeira

União Federal - bônus:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Para o Discount Bond e o Par Bond existe garantia acessória na qual a Companhia mantém conta reserva no Banco do Brasil no montante de R\$53.375, atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$42.518 em dezembro de 2013), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos.

Kreditanstalt Fur Wiederaufbau - KfW:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento, pelo contrato de garantia em separado, celebrado entre a KfW e a República Federativa do Brasil, e pelo crédito de pagamento garantido pela República Federal da Alemanha. Como garantia acessória a Companhia manterá conta reserva na Caixa Econômica Federal, cujo saldo mínimo corresponda 1 (uma) vez o serviço da dívida vincendo. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$1.588 (R\$891 em dezembro de 2013).

(ii) Contratos em moeda nacional

Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

- Visando aperfeiçoar e ampliar os sistemas operados, a Companhia havia obtido recursos, entre 1995 e 2001, junto a diversos órgãos financiadores, e, em 29 de outubro de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Em 04 de julho de 2006, foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:
- Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA MG aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPCA divulgado pela FIPE;

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos é de R\$19.276 (R\$25.462 em dezembro de 2013).
- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados a otimização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$25.880 (R\$23.546 em dezembro de 2013).
- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro dos programas CAIXA PAC - 2009 e 2010 destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$2.689 (R\$1.605 em dezembro de 2013).

(iii) Outros financiamentos

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$7.304 (R\$10.247 em dezembro de 2013).
- Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

(c) Debêntures

Controladora / Consolidado					
Subscrições /séries	Data da subscrição	31/12/2014		31/12/2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 1ª emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	-	-	4.515	-
3ª e 4ª	09/11/2004	-	-	4.515	-
5ª e 6ª	29/07/2004	-	-	4.515	-
7ª	19/12/2005	-	-	2.258	-
8ª e 9ª	24/04/2006	-	-	4.515	-
10ª	19/12/2006	-	-	2.258	-
11ª e 12ª	23/03/2007	-	-	4.516	-
Total 1ª emissão		-	-	27.092	-
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.098	63.397	15.923	79.246
7ª	25/09/2008	2.683	10.566	2.654	13.208
8ª	06/12/2008	8.049	31.699	7.962	39.623
9ª a 11ª	30/03/2009	8.049	31.699	7.962	39.623
12ª a 14ª	27/11/2009	2.683	10.566	2.654	13.208
15ª a 17ª	26/05/2010	8.049	31.699	7.962	39.623
18ª	02/07/2010	2.683	10.566	2.654	13.208
Total 3ª emissão		48.294	190.192	47.771	237.739
Subscrição 4ª emissão					
1ª	27/12/2010	40.838	223.817	38.586	240.054
2ª	24/11/2011	25.219	162.543	24.840	187.232
3ª	27/12/2012	33.389	215.206	28.166	212.324
Total 4ª emissão		99.446	601.566	91.592	639.610
Subscrição 5ª emissão					
Única	27/10/2011	15.457	274.910	1.477	288.000
Total 5ª emissão		15.457	274.910	1.477	288.000
Subscrição 6ª emissão					
1ª	23/02/2012	59.232	85.680	59.096	142.840
2ª	23/02/2012	49.565	156.910	48.239	184.083
Total 6ª emissão		108.797	242.590	107.335	326.923
Subscrição 7ª emissão					
1ª	24/04/2014	3.232	130.000	-	-
2ª	24/04/2014	6.553	124.003	-	-
Total 7ª emissão		9.785	254.003	-	-
Total de debêntures		281.779	1.563.261	275.267	1.492.272

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora / Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo em 01 de janeiro	1.767.539	1.677.505
Ingressos de debêntures	286.041	175.734
Encargos provisionados	151.204	124.978
Variação monetária	33.764	26.803
Amortização de principal	(253.719)	(109.950)
Amortização de encargos	(139.789)	(127.531)
Saldo em 31 de dezembro	1.845.040	1.767.539
Passivo circulante	(281.779)	(275.267)
Passivo não circulante	1.563.261	1.492.272

Debêntures não conversíveis

- Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma. O preço de subscrição de cada série foi equivalente ao valor nominal acrescido dos juros abaixo mencionados, calculados pró-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição, e os termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2004
Prazo	10 anos
Carência do principal	36 meses
Amortização	84 meses
Vencimento final	15 de julho de 2014
Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão estava garantida por 20% da receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva cujo saldo mínimo correspondia ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2014, não existe montante caucionado pois foi efetuada a amortização final desta emissão em 15 de julho de 2014 (R\$12.149 em dezembro de 2013).

Os recursos dessa emissão foram destinados ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão da COPASA MG.

- Subscrição 3ª emissão:

Em dezembro de 2007, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, constituídas por 450 (quatrocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Prazo	12 anos
Carência do principal	30 meses
Amortização	114 meses
Vencimento final	15 de dezembro de 2019
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2014, o montante caucionado é de R\$16.523 (R\$16.992 em dezembro de 2013).

- Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, cuja emissão está sendo realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A - BNDESPAR. A primeira e a segunda séries serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 9,046555% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão fiduciária

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na “conta vinculada” destinada a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

- Subscrição 5ª emissão:

Em agosto de 2011, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela Planner Truste DTVM Ltda., constituídas por 288.000 (duzentas e oitenta e oito mil) debêntures de R\$1, cuja emissão foi realizada em série única no valor total de R\$288.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

A liberação dos recursos da “conta de liquidação” para a “conta de livre movimentação” será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da emissora e dependerá de prévia comprovação junto ao agente fiduciário das condições constantes no contrato:

Data de emissão	20 de setembro de 2011
Prazo	240 meses
Carência do principal	42 meses
Amortização	198 meses
Vencimento final	30 de setembro de 2031
Remuneração	TR + 9% a.a.
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis

Essa 5ª emissão está garantida por parcela da receita tarifária da Companhia equivalente ao valor mensal não inferior a 4,5% sobre o saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de cada ano, pelas contas cedidas e pela totalidade das quotas dos investimentos permitidos detida pela Companhia.

Os recursos dessa emissão destinam-se ao desenvolvimento dos projetos de saneamento básico da Companhia.

- Subscrição 6ª emissão:

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 400 (quatrocentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em duas séries de R\$200.000 cada uma, totalizando R\$400.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de fevereiro de 2012
Prazo	60 meses para a 1ª série e 84 meses para a 2ª série
Carência do principal	24 meses
Amortização	07 parcelas semestrais, iguais e consecutivas para a 1ª série, e 06 parcelas anuais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de fevereiro de 2017 para a 1ª série e 15 de fevereiro de 2019 para a 2ª série
Remuneração	100% da taxa DI over extragrupo capitalizada de um <i>spread</i> de 0,94% a.a. para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios correspondentes a 100% da remuneração das Notas do Tesouro Nacional-série B, para a 2ª série
Garantia	Quirografária

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, em parceria com os municípios com os quais a Companhia tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no alongamento do perfil da dívida.

- Subscrição 7ª emissão:

Em 15 de abril de 2014, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures de R\$10.000, cuja emissão foi realizada em duas séries, sendo 13.000 (treze mil) na 1ª série e 12.000 (doze mil) na 2ª série, totalizando R\$250.000, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de abril de 2014
Prazo	60 meses para a 1ª série e 84 meses para a 2ª série
Carência do principal	36 meses
Amortização	Parcela única na data do vencimento para a 1ª série, e 05 parcelas anuais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de abril de 2019 para a 1ª série e 15 de abril de 2021 para a 2ª série
Remuneração	Juros remuneratórios de 108,50% da taxa DI para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios prefixados de 7,39% a.a. base 252 dias uteis, para a 2ª série
Garantia	Quirografária

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos da Companhia, em empreendimentos não financiados, como aquisição de terrenos e indenização de ativos de novas concessões, bem como no alongamento do perfil da dívida.

(d) Valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.

(e) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros, conforme a seguir:

(i) *Covenants* de contratos sindicalizados:

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº funcionários	Igual ou maior que 350

- (ii) *Covenants* de contratos com a CEF - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 “Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos”, acima descrito.

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº funcionários	Maior que 365

- (iii) *Covenants* de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNE:

Apuração anual - 1ª emissão de debêntures (450 milhões) / contratos de financiamentos (48 milhões e 578 milhões):

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/Receita operacional líquida	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

- (iv) *Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNE:*

Apuração trimestral - 7ª emissão de debêntures (740 milhões) / contrato de financiamento (181 milhões):

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/Receita operacional líquida	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

- (v) *Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	Igual ou menor que 70%

- (vi) *Covenants do contrato com o KfW*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Passivo total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/amortização da dívida	Igual ou maior que 1,5

(vii) *Covenants de contratos com a CEF/BB/HSBC, 5ª e 6ª emissões de debêntures:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0
EBITDA/Receita operacional líquida	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2014 o indicador de Margem EBTIDA (EBITDA sobre receita operacional líquida) atingiu 33,41%, insuficiente para atender o mínimo estabelecido nos instrumentos de crédito mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, mencionados no item “iii”, letra (a) acima, segundo os critérios específicos definidos para aferição dessas obrigações.

Antes mesmo que a Companhia se valesse do prazo de cura contratualmente previsto, para apresentar garantias adicionais ao credor, que, em média, é da ordem de 90 dias após a data base das demonstrações financeiras, a Administração finalizou tratativas com o BNDES – com base em proposta do próprio Banco, com o intuito de aprimorar a gestão contratual e em decorrência da crise hídrica que se abateu sobre o sudeste brasileiro, afetando as empresas do setor de saneamento – para repactuação das cláusulas de *covenants*, a vigorar desde 31 de dezembro de 2014, com exclusão do indicador Margem EBTIDA, adequação dos demais indicadores, padronização de critérios e períodos de aferição e instituição de regras de reforço de garantias, restabelecendo o cumprimento de todas as condições contratuais.

Para todos os demais contratos, observando-se os critérios específicos de aferição dessas obrigações, não ocorreu os fatos acima descritos.

13. Provisão para Contingências

(a) **Contingências prováveis**

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	48.951	(1.227)	47.724	37.164	(1.153)	36.011
Trabalhistas	59.099	(1.237)	57.862	33.542	(824)	32.718
Tributárias	890	(435)	455	828	(414)	414
Ambientais	7.717	-	7.717	7.331	-	7.331
Total	116.657	(2.899)	113.758	78.865	(2.391)	76.474

Consolidado						
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	48.981	(1.227)	47.754	37.194	(1.153)	36.041
Trabalhistas	61.788	(1.932)	59.856	35.406	(1.439)	33.967
Tributárias	890	(435)	455	828	(414)	414
Ambientais	7.717	-	7.717	7.331	-	7.331
Total	119.376	(3.594)	115.782	80.759	(3.006)	77.753

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013, antes da compensação de depósitos judiciais	78.865	80.759
Adições	60.679	62.282
Utilizações	(4.709)	(4.854)
Reversões	(18.178)	(18.811)
 (-) Compensação de depósitos judiciais	 (2.899)	 (3.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	113.758	115.782

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição da Procuradoria Jurídica.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Existe grande pulverização no número e no valor dos processos e os mais relevantes estão listados a seguir.

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário aplicado nos municípios onde a COPASA MG opera em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. A perita apresentou os valores, mas o processo se encontra com vista para o Ministério Público. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2014, em R\$384 (R\$359 em dezembro de 2013).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental vem ajuizando ações civis públicas contra a COPASA MG, questionando o descumprimento da obrigação constante do artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água a investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decurso desses processos no Poder Judiciário surgiram decisões de 1ª e 2ª instâncias favoráveis à autora, de modo que a maioria dos processos passou a ser classificado como perda provável. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de dezembro de 2014 o valor provisionado referente a 52 ações é de R\$7.717 (R\$7.331 em dezembro de 2013).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslizamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslizamento esse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. O processo está em fase decisória, sendo que em dezembro de 2013 o Juiz concedeu vistas às autoras e à empreiteira para apresentação das alegações finais, direito ao qual a COPASA MG terá acesso em seguida, e então o Juiz deverá proferir a sentença. Em janeiro de 2014, foram apresentados os memoriais da COPASA MG, ressaltando que a Companhia nunca operou o sistema do reservatório Santa Cruz. O processo está concluso para julgamento desde outubro de 2014. Prevemos que a sentença será proferida até o final de abril de 2015, sendo cabível recurso. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$2.913 (R\$2.720 em dezembro de 2013).

Em 18 de outubro de 2011, Vivina Alves de Oliveira Sales e outros ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais, perante a Vara de Feitos da Fazenda da Comarca de Varginha - MG, em virtude dos prejuízos ocasionados em seu imóvel, supostamente relacionados com vazamento de água, ocorrido na rede pública de abastecimento, no município de Varginha. A partir de setembro de 2012, o processo entrou na fase de exame de laudos periciais, em 29 de outubro de 2013 foi realizada audiência de instrução e julgamento, faltando assim, a prolação da sentença judicial. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.646 (R\$1.537 em dezembro de 2013).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "*in itinere*", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 53,93% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de R\$2.894 (R\$1.992 em dezembro de 2013).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autuou a Companhia, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Os advogados estimam as chances de perda destes processos como provável e, portanto, foi provisionado em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$5.446 (R\$5.066 em dezembro de 2013).

Trata-se de ação trabalhista coletiva, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa a ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância e encontra-se atualmente pendente de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Foi estimado como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 foi atualizado para R\$22.861 (R\$1.564 em dezembro de 2013).

Ação civil pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho, questionando a contratação de empregado por prazo determinado, praticada pela Companhia, a qual ainda está na fase de instrução processual, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, mas, ainda assim, foi classificada como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$647 (R\$577 em dezembro de 2013).

Reclamação trabalhista apresentada pelo SINDÁGUA, reivindicando o pagamento de diferença da participação nos lucros da empresa aos empregados referente ao exercício de 2010. Essa ação, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, já teve julgamento em 1ª e 2ª instâncias, sendo declarado procedente o pedido, estando, atualmente, pendente de decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho, em face de recurso de revista apresentado pela COPASA MG, com interposição de agravo de instrumento. O processo está classificado como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2014, com o valor de R\$17.187 (R\$15.515 em dezembro de 2013).

(b) Contingências possíveis

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2014	31/12/2013
Cível	436.983	376.057
Tributária	36.748	34.239
Ambiental	3.336	-
Total	477.067	410.296

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoal, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade e Três Corações. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

Ações ambientais

A Companhia é parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$81.575 em 31 de dezembro de 2014 (R\$76.167 em dezembro de 2013) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

Termos de ajustamento de conduta - TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

(ii) Tributária

Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA MG ajuizou, nos três processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2014 é de R\$40.026 (R\$35.949 em dezembro de 2013) e foi classificada como contingência possível.

14. Participação nos Lucros e Resultados

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

O Acordo Coletivo 2008/2010, assinado em reunião de 25 de julho de 2008, ratificado pelo Acordo Coletivo 2014, assinado em 10 de setembro de 2014, determina que o montante apurado como Participação nos Lucros e Resultados seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em parcela única na folha de pagamento do mês de abril.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia provisionou R\$19.818 referente à participação dos empregados no resultado auferido neste exercício (R\$32.670 em dezembro de 2013).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda e contribuição social do exercício

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2014 e 2013. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

Controladora			
		31/12/2014	31/12/2013
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições		432.640	566.158
Alíquota nominal		34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal		(147.098)	(192.494)
Imposto de renda e contribuição social sobre:			
(Adições) /exclusões			
Equivalência patrimonial		(3.205)	(2.440)
Realização de correção monetária especial		(430)	(475)
Doações e subvenções		2.372	-
Outras (adições) /exclusões		(7.770)	(4.359)
Outros itens de reconciliação			
Juros sobre o capital próprio		35.136	47.458
Incentivos fiscais		6.496	5.947
Imposto de renda e contribuição social		(114.499)	(146.363)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(122.106)	(138.681)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.607	(7.682)
		(114.499)	(146.363)
Alíquota efetiva		26,5%	25,9%

Consolidado

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	432.640	566.221
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(147.098)	(192.515)
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
(Adições) /exclusões		
Realização de correção monetária especial	(430)	(475)
Doações e subvenções	2.372	-
Outras (adições) /exclusões	(10.975)	(6.841)
Outros itens de reconciliação		
Juros sobre o capital próprio	35.136	47.458
Incentivos fiscais	6.496	5.947
Imposto de renda e contribuição social	(114.499)	(146.426)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(122.106)	(138.744)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.607	(7.682)
	(114.499)	(146.426)
Alíquota efetiva	26,5%	25,9%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

Controladora / Consolidado				
	31/12/2013	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2014
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios	34.748	-	15.206	49.954
Provisão para obrigações atuariais	-	5.351		5.351
Provisão para ajustes de CPC's	137.068	-	11.716	148.784
Provisão para contingências tributárias	42.744	-	(6.931)	35.813
Outras provisões temporárias diversas	8.768	-	837	9.605
Total do ativo	223.328	5.351	20.828	249.507
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida	-	-	6.957	6.957
Provisão para ajustes de CPC's	92.256	64	3.517	95.837
Provisão para obrigações atuariais	12.128	-	-	12.128
Total do passivo	104.384	64	10.474	114.922
Total líquido	118.944	5.287	10.354	134.585

Em reuniões realizadas em 19 de março de 2015 pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pelo Departamento de Planejamento Estratégico e Desempenho Empresarial e pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2014, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado
Em 2015	13.208
Em 2016	23.499
Em 2017	10.586
Em 2018	11.050
Em 2019	10.586
Após 2019	180.578
	249.507

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

(c) Lei 12.973

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas Demonstrações Financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do Programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item “bancos e aplicações de convênios”.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

Controladora			
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2014			
Estado	73.042	(57.303)	15.739
Outros	131.288	(109.633)	21.655
Total	204.330	(166.936)	37.394
31 de dezembro de 2013			
Estado	229.229	(217.981)	11.248
Outros	68.823	(86.618)	(17.795)
Total	298.052	(304.599)	(6.547)

Consolidado			
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2014			
Estado	588.709	(560.501)	28.208
Outros	131.288	(109.633)	21.655
Total	719.997	(670.134)	49.863
31 de dezembro de 2013			
Estado	674.359	(644.266)	30.093
Outros	68.823	(86.618)	(17.795)
Total	743.182	(730.884)	12.298

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

Controladora / Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações de longo prazo	121.582	106.010
Obrigações de curto prazo	16.050	14.342
	137.632	120.352
Contribuições normais	12.680	12.067
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	150.312	132.419
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:		
Plano de Benefícios RP1 - BD	2.958	3.667
Plano Copasa Saldado	3.442	19.729
Novo Plano Copasa - CD	(441)	948
Plano Copass Saúde	16.766	-
	22.725	24.344
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	(10.389)	100.485
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente do exercício	13.155	23.543

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido - BD patrocinado pela Companhia, vinha apresentando uma situação de déficit atuarial, que foi equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que chegaram, até novembro de 2008, a aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial - DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de contribuição definida CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2011, após a conclusão do processo de migração, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos; o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos; e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes.

a) Valores consolidados

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações financiadas	(887.163)	(772.621)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	3.944	-
Valor presente da obrigação líquida	(883.219)	(772.621)
Valor justo dos ativos do plano	755.495	703.355
Restrição do déficit contratado	(9.908)	-
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	-	(51.086)
Ativo / (passivo) líquido do plano	(137.632)	(120.352)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 1º de janeiro	772.621	1.009.615
Custo do serviço corrente	(636)	447
Custo financeiro	88.949	91.615
Contribuições dos participantes do plano	1.990	1.894
Remensurações Atuariais	45.747	(295.992)
Benefícios pagos pelo plano	(38.274)	(34.958)
Custo do serviço passado para benefícios não adquiridos (novo)	14.088	-
Custo do serviço passado para benefícios já adquiridos (novo)	2.678	-
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	887.163	772.621

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 1º de janeiro	703.355	737.830
Retorno real sobre os ativos do plano	67.240	(24.939)
Contribuições do empregador	21.184	23.528
Contribuições dos empregados	1.990	1.894
Benefícios pagos	(38.274)	(34.958)
Valor justo em 31 de dezembro	755.495	703.355

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos serviços correntes	(636)	447
Custo financeiro	88.949	91.615
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(82.354)	(67.718)
Custo do serviço passado	16.766	-
	22.725	24.344

b) Valores segregados por plano de benefício

1) Plano de benefícios RP1 – BD

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações financiadas	(40.437)	(38.914)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	3.944	-
Valor presente da obrigação líquida	(36.493)	(38.914)
Valor justo dos ativos do plano	19.758	9.309
Restrição do déficit contratado	(9.908)	-
Ativo / (passivo) líquido do plano	(26.643)	(29.605)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	38.914	47.774
Custo do serviço corrente	(22)	45
Custo financeiro	4.451	4.316
Contribuições dos participantes do plano	298	283
Remensurações atuariais	(727)	(11.283)
Benefícios pagos pelo plano	(2.477)	(2.221)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	40.437	38.914

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	9.309	4.492
Retorno real sobre os ativos do plano	7.431	(1.202)
Contribuições do empregador	5.197	7.957
Contribuições dos empregados	298	283
Benefícios pagos	(2.477)	(2.221)
Valor justo em 31 de dezembro	19.758	9.309

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$5.458.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos serviços correntes	(22)	45
Custo financeiro	4.451	4.316
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1.471)	(694)
	2.958	3.667

As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$2.958 (R\$3.667 em dezembro de 2013) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2014 foi de R\$7.431 (negativo de R\$1.202 em dezembro de 2013).

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Renda Fixa: INPC + 5,45% a.a.;
- Renda Variável: IBOVESPA;
- Investimentos Estruturados: INPC + 11,81% a.a.;
- Investimento no Exterior: MSCI;
- Imóveis: INPC;
- Operações com participantes: INPC + 8% ao ano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de desconto	11,01% a.a.	11,79% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,01% a.a.	11,79% a.a.
Aumento anual de salário	7,95% a.a.	6,95% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de morbidez	GAMA - Experiência Libertas 2014	GAMA - Experiência COPASA
Mortalidade de inválidos	AT - 1949 agravada em 100%	AT - 1949 agravada em 100%
Rotatividade	1,026% a.a.	0,858% a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

Categorias dos ativos do plano RP1 - BD

	31/12/2014	31/12/2013
Disponível	0,01%	0,01%
Realizável (previdencial e administrativo)	25,57%	23,97%
Renda Fixa	68,50%	-
Ações	4,31%	0,01%
Fundo de investimentos	-	75,25%
Empresas Emergentes	0,04%	-
Participações	1,08%	-
Investimentos imobiliários	0,49%	0,47%
Empréstimos e financiamentos	-	0,30%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2014
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	39.952.477	40.908.322	39.552.801	41.648.043	40.437.298
Valor justo dos ativos do plano	19.758.255	19.758.255	19.758.255	19.758.255	19.758.255
Superávit / (déficit) técnico do plano	(20.194.222)	(21.150.067)	(19.794.546)	(21.889.788)	(20.679.043)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,2%	1,2%	-2,2%	3,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-2,3%	2,3%	-4,3%	5,9%	-

2) Plano COPASA Saldado

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações financiadas	(816.374)	(720.020)
Valor justo dos ativos do plano	722.502	684.408
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	-	(51.086)
Ativo / (passivo) líquido do plano	(93.872)	(86.698)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	720.020	945.651
Custo financeiro	82.904	85.990
Remensurações atuariais	48.250	(279.529)
Benefícios pagos pelo plano	(34.800)	(32.092)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	816.374	720.020

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	684.408	726.249
Retorno real sobre os ativos do plano	57.021	(21.979)
Contribuições do empregador	15.873	12.230
Benefícios pagos	(34.800)	(32.092)
Valor justo em 31 de dezembro	722.502	684.408

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$16.671.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo financeiro	82.904	85.990
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(79.462)	(66.261)
Provisão para plano de benefícios	3.442	19.729

As despesas com plano de pensão no valor de R\$3.442 (R\$19.729 em dezembro de 2013) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2014 foi de R\$57.021 (negativo de R\$21.979 em dezembro de 2013).

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Renda Fixa: INPC + 5,45% a.a;
- Renda Variável: IBOVESPA;
- Investimentos Estruturados: INPC + 11,81% a.a.;
- Investimento no Exterior: MSCI;
- Imóveis: INPC;
- Operações com participantes: INPC + 8% ao ano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de desconto	10,97% a.a.	11,79% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	10,97% a.a.	11,79% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	AT - 49 suavizada em 10%	AT - 49 agravada em 100%
Tábua de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua de morbidez	GAMA - experiência COPASA	GAMA - experiência COPASA

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

Categorias dos ativos do plano saldato

	31/12/2014	31/12/2013
Disponível	0,02%	0,01%
Títulos públicos	64,96%	11,74%
Crédito de Depósitos Privados	12,14%	-
Realizável (previdencial e administrativo)	10,62%	11,64%
Ações	0,88%	0,01%
Fundo de investimentos	0,73%	68,88%
Derivativos	3,66%	-
Investimentos imobiliários	6,38%	6,95%
Empréstimos e financiamentos	0,61%	0,76%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2014
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	804.238.443	828.149.699	794.843.072	838.921.054	816.374.265
Valor justo dos ativos do plano	722.502.472	722.502.472	722.502.472	722.502.472	722.502.472
Superávit / (déficit) técnico do plano	(81.735.971)	(105.647.227)	(72.340.600)	(116.418.582)	(93.871.793)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,5%	1,4%	-2,6%	2,8%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-12,9%	12,5%	-22,9%	24,0%	-

3) Novo plano COPASA – CD

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações financiadas	(13.586)	(13.687)
Valor justo dos ativos do plano	13.235	9.638
Ativo / (passivo) líquido do plano	(351)	(4.049)

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	13.687	16.190
Custo do serviço corrente	(614)	402
Custo financeiro	1.594	1.309
Contribuições dos empregados	1.692	1.611
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.776)	(5.180)
Benefícios pagos pelo plano	(997)	(645)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	13.586	13.687

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.893.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	9.638	7.089
Retorno real sobre os ativos do plano	2.788	(1.758)
Contribuições do empregador	114	3.341
Contribuições dos empregados	1.692	1.611
Benefícios pagos	(997)	(645)
Valor justo em 31 de dezembro	13.235	9.638

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos serviços correntes	(614)	402
Custo financeiro	1.594	1.309
(Receita) esperada sobre os ativos do plano	(1.421)	(763)
	(441)	948

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$441 (R\$948 em dezembro de 2013) foram reconhecidos no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2014 foi de R\$2.788 (negativo de R\$1.758 em dezembro de 2013).

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Renda Fixa: INPC + 5,45% a.a.;
- Renda Variável: IBOVESPA;
- Investimentos Estruturados: INPC + 11,81% a.a.;
- Investimento no Exterior: MSCI;
- Imóveis: INPC;
- Operações com participantes: INPC + 8% ao ano.

A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2014 foi de 11,05% a.a.

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de desconto	11,05% a.a.	11,94% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,05% a.a.	11,94% a.a.
Aumento anual de salário	7,95% a.a.	5,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light média	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

Categorias dos ativos do novo plano

	31/12/2014	31/12/2013
Disponível	0,01%	0,01%
Realizável (previdencial e administrativo)	1,42%	1,46%
Títulos Públicos	70,51%	-
Crédito de Depósitos Privados	12,68%	-
Ações	0,94%	0,01%
Fundo de investimentos	0,73%	88,01%
Derivativos	3,83%	-
Investimentos imobiliários	6,34%	7,17%
Empréstimos e financiamentos	3,54%	3,34%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

[illegible]

4) Plano Copass Saúde

	<u>31/12/2014</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(16.766)
Valor justo dos ativos do plano	-
Ativo / (passivo) líquido do plano	<u>(16.766)</u>

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>
Em 01 de janeiro	
Custo do serviço passado para benefícios não adquiridos (novo)	14.088
Custo do serviço passado para benefícios já adquiridos (novo)	2.678
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	<u>16.766</u>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.079.

As principais premissas atuariais usadas foram:

	<u>Crédito unitário projetado</u>
	<u>31/12/2014</u>
Taxa anual de desconto	10,99% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	10,99% a.a.
Aumento anual de salário	5,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.
HCCTR	4,80% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2014
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	-	-	-	-	16.766.325
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Superávit / (déficit) técnico do plano	-	-	-	-	(16.766.325)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3 bilhões, mediante a deliberação do Conselho de Administração. O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.773.985.614,66 (dois bilhões, setecentos e setenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), representado por 119.684.430 (cento e dezenove milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Nos aumentos de capital da Companhia, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital na proporção do número de ações que possuírem, na forma dos artigos 171 e 172 da Lei 6.404/76.

Além disso, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, caso o controlador da Companhia, o Estado de Minas Gerais, inclua a COPASA MG em qualquer plano de desestatização de companhias sob seu controle, referida desestatização só poderá ocorrer mediante prévia realização de um referendo popular que assim a determine. Após a aprovação em referendo popular, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais deverá promulgar lei que autorize a transferência do controle acionário pelo Estado, nos termos da legislação estadual vigente.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais que detém 51,1% das ações da sociedade. A Companhia possui também 357 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, cujo valor é de R\$8.576, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acertos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário e convênios de cooperação técnica. A Companhia tem o direito de reemitir essas ações, mantidas como "ações em tesouraria", em uma data posterior.

Os 48,6% remanescentes, que representam o *Free Float* da Companhia, são detidos por diversos acionistas.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Estado de Minas Gerais	61.189	51,13
Administradores	2	-
Outros acionistas	58.136	48,57
Ações em tesouraria	357	0,30
Total	119.684	100,00

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2014, o valor de R\$6.975 foi registrado no resultado referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (em 2013 nenhum valor foi registrado no resultado).

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$195.753 (R\$263.582 em dezembro de 2013) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “plano de ação” aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo credor dessa conta totaliza R\$13.155 (R\$23.543 em dezembro de 2013).
- (ii) Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo credor dessa conta totaliza R\$18.529 (R\$22.364 em dezembro de 2013).
- (iii) Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo credor desta conta totaliza R\$12.506 (R\$17.713 em dezembro de 2013).

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	318.141	419.795
Reserva legal - (5%)	(15.907)	(20.990)
Reserva de incentivos fiscais	(6.975)	-
Lucro líquido	295.259	398.805
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	73.815	99.701

A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009, delegou ao Conselho de Administração da Companhia o poder de definir anualmente o percentual a ser pago a título de juros sobre o capital próprio. Assim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 21 de março de 2014, a distribuição de dividendos de 2014, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 35% sobre o lucro orçado, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, no montante de R\$103.340 (R\$0,87 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$6.961. Em 2013, o valor foi de R\$139.582 (R\$1,17 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$9.831.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$35.136. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de “juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Juros sobre o capital próprio a pagar no início do exercício	31.646	46.469
Juros sobre o capital próprio propostos	103.340	139.582
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(6.961)	(12.971)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(125.509)	(141.434)
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	2.516	31.646

(e) Lucros acumulados

Em 01 de janeiro de 2014

Lucro do exercício	318.141
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2014	(103.340)
Transferência para reserva legal	(15.907)
Transferência para retenção de lucros	(195.753)
Reserva de incentivo fiscal	(6.975)
Realização da correção monetária de ativos	3.834

Em 31 de dezembro de 2014

-

Em 01 de janeiro de 2013

Lucro do exercício	419.795
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2013	(139.582)
Transferência para reserva legal	(20.990)
Transferência para retenção de lucros	(263.582)
Realização da correção monetária de ativos	4.359

Em 31 de dezembro de 2013

-

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta nota).

Controladora / Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	318.141	419.795
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	119.327	119.327
Lucro básico por ação	2,67	3,52

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que em setembro de 2012 as debêntures conversíveis foram convertidas em ações, eliminando a presunção de conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

19. Informação por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como abastecimento de água, esgotamento sanitário e venda de mercadorias.

	Consolidado		
	2014		
	Água e esgoto	Venda de mercadoria	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta dos serviços prestados e das vendas	4.451.687	3.521	4.455.208
Deduções da receita bruta	(323.235)	(541)	(323.776)
Receita líquida dos serviços prestados e das vendas	4.128.452	2.980	4.131.432
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.432.039)	(8.941)	(3.440.980)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	696.413	(5.961)	690.452
Outras despesas operacionais líquidas			(70.655)
Resultado financeiro, líquido			(187.157)
Lucro operacional antes dos impostos			432.640

	Consolidado		
	2013		
	Água e esgoto	Venda de mercadoria	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta dos serviços prestados e das vendas	4.039.456	3.500	4.042.956
Deduções da receita bruta	(309.042)	(517)	(309.559)
Receita líquida dos serviços prestados e das vendas	3.730.414	2.983	3.733.397
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.995.402)	(11.594)	(3.006.996)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	735.012	(8.611)	726.401
Outras despesas operacionais líquidas			(120)
Resultado financeiro, líquido			(160.060)
Lucro operacional antes dos impostos			566.221

20. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do fluxo de caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial que retrata o seu plano de ação, tanto do ponto de vista operacional quanto de investimentos. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados - DRE” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um financeiro.

20.1 Gestão de risco financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Superintendência Financeira da Companhia monitora os riscos financeiros com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias para mitigar tais riscos.

A premissa da Superintendência Financeira é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo de doze meses, considerando o cenário econômico divulgado pelas instituições financeiras com as quais relacionamos.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus). No entanto, o montante de recursos externos é muito pouco representativo na estrutura de capital da empresa.

No tocante aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado à variação da TJLP, do IPCA e do CDI.

São simulados diversos cenários levando-se em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

(i) Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme descrito a seguir:

Controladora		
	Aumento /redução em pontos base	Efeitos no lucro antes da tributação (R\$)
31/12/2014		
	+ 0,5%	(1.327)
	- 0,5%	1.327
31/12/2013		
	+ 0,5%	(1.233)
	- 0,5%	1.233
Consolidado		
	Aumento /redução em pontos base	Efeitos no lucro antes da tributação (R\$)
31/12/2014		
	+ 0,5%	(1.329)
	- 0,5%	1.329
31/12/2013		
	+ 0,5%	(1.233)
	- 0,5%	1.233

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais, uma vez que, o endividamento em moeda estrangeira é pouco representativo em relação à dívida total.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em Dólares americanos e em Euros, totalizava R\$286.919 em 31 de dezembro de 2014 (R\$127.332 em dezembro de 2013), 8,4% de seu endividamento total (4,0% em dezembro de 2013). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2014, caução de R\$53.375 (R\$42.518 em dezembro de 2013) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

(i) Sensibilidade à taxa de câmbio

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos advindos de variação cambial do US\$ e do EUR nos resultados e no seu patrimônio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos à variação cambial, conforme descrito na tabela abaixo:

	Variação na taxa US\$	Efeito no lucro antes da tributação (R\$)
<u>31/12/2014</u>	+ 20%	(28.918)
	- 20%	28.918
	+10%	(14.459)
	-10%	14.459
<u>31/12/2013</u>	+ 20%	(25.363)
	- 20%	25.363
	+10%	(12.682)
	-10%	12.682

A movimentação do resultado e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em Dólares americanos.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

No que diz respeito ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi criado em outubro de 2012 o Comitê de Aplicações Financeiras. O Comitê delibera de acordo com a Política de Aplicações Financeiras da Companhia e as instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar são analisadas segundo critérios pré-estabelecidos. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente, ou quando ocorre qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)				
AAA	328.896	223.264	330.867	224.721
AA	-	20.766	-	20.766
A	154	16.290	154	16.290
B (BAA, BA e BBB)	18	161	18	161
Total	329.068	260.481	331.039	261.938

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

(e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes para cobrir as exigências de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, isso é realizado em nível de cada unidade operacional da Companhia, de acordo com a prática e os limites orçamentários pré-estabelecidos. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a Política de Gestão de Liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Amortização	567.958	778.217	815.177	1.233.503
Juros	39.974	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	607.932	778.217	815.177	1.233.503
Fornecedores e outras obrigações	130.483	33.276	36.469	22.968

Em 31 de dezembro de 2013				
Amortização	443.577	789.875	599.376	1.295.489
Juros	27.949	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	471.526	789.875	599.376	1.295.489
Fornecedores e outras obrigações	149.680	29.918	32.751	39.148

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2014	31/12/2013
CEF até 1998 e Tesouro Nacional	10% dos recebíveis	28.435	24.920
CEF 2003,2004,2007,2008 e 2009	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	11.234
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	R\$17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	26.141	24.546
Contratos sindicalizados II - 2006	R\$15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	23.527	22.091
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	-	22.511
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	25.142	23.738
BNDES PAC 2007/2008	R\$26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	36.475	34.289
BNDES 181 MM	R\$7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	8.869	8.345
BNDES debêntures simples 740 MM	R\$32 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/10/10	40.719	38.233
BNDES 288 MM	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	12.960	12.960
Banco KfW	Vinculação da receita equivalente à 1 vez o serviço da dívida mensal	6.000	6.000
CEF – Financiamentos 2011-2012-2013-2014	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	17.111	6.189

(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. Com objetivo de minimizar tal risco e monitorar antecipadamente o grau de endividamento, a Companhia possui, estatutariamente, uma Política de Endividamento com condições mais restritivas que os contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 12).

(g) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

20.2 Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazos), conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2014, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2013, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos e debêntures	3.434.829	3.156.267	3.437.330	3.157.700
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(329.068)	(260.481)	(331.039)	(261.938)
Dívida líquida	3.105.761	2.895.786	3.106.291	2.895.762
Total do patrimônio líquido	5.536.564	5.337.359	5.536.564	5.337.359
Total do capital	8.642.325	8.233.145	8.642.855	8.233.121
Índice de alavancagem financeira - %	36	35	36	35
Índice de capital de terceiros - %	56	54	56	54

20.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA MG e suas subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Controladora / Consolidado				
	Ativo			
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Total do ativo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Preços cotados em mercado ativos (Nível 1)	-	-	-	-
Outros dados significativos observáveis (Nível 2)	-	-	-	-
Dados significativos não observáveis (Nível 3)	40.748	48.638	40.748	48.638
Saldo total	40.748	48.638	40.748	48.638

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Empréstimos bancários e financiamentos	1.589.789	1.586.768	1.592.290	1.589.203
Debêntures simples	1.845.040	1.800.856	1.845.040	1.800.856
Total	3.434.829	3.387.624	3.437.330	3.390.059

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Empréstimos bancários e financiamentos	1.388.728	1.430.504	1.390.161	1.431.932
Debêntures simples	1.767.539	1.727.836	1.767.539	1.727.836
Total	3.156.267	3.158.340	3.157.700	3.159.768

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Controladora / Consolidado				
Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Governo Estadual/BDMG	9,03%	3	7,70%	Taxa CEF por não existir similar
CEF/FGTS	8,39%	164	7,70%	Cotação da taxa da CEF em dez/14
BNDES/BNE	6,57%	89	6,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/14
FINAME	3,27%	110	6,00%	Cotação da taxa FINAME em dez/14
União Federal	4,27%	113	7,70%	Taxa CEF por não existir similar
Debêntures simples	8,44%	83	9,36%	Cotação taxa do BNDES/BND em dez/14
KfW	2,07%	109	2,07%	Cotação taxa do KfW em dez/14
NP Bradesco	12,38%	12	12,73%	Cotação taxa do mercado para capital de giro em dez/14
FINAME - AGMM	2,50%	98	6,00%	Cotação da taxa FINAME em dez/14
Banco do Brasil - Copanor	13,07%	24	13,31%	Taxa CEF por não existir similar

21. Instrumento Financeiro por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	329.068	-	329.068
Contas a receber de clientes	883.596	-	883.596
Bancos e aplicações de convênios	24.493	-	24.493
Aplicações financeiras vinculadas	81.774	-	81.774
Ativos financeiros de concessões	558.964	-	558.964
Título patrimonial	-	40.748	40.748
Créditos com controladas	16.432	-	16.432
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	168.997	-	168.997
Total	2.063.324	40.748	2.104.072

	31/12/2014	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.434.829	3.434.829
Fornecedores	114.433	114.433
PPP- Rio Manso	279.885	279.885
Contrato IBM	3.441	3.441
Total	3.832.588	3.832.588

	31/12/2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	260.481	-	260.481
Contas a receber de clientes	909.685	-	909.685
Bancos e aplicações de convênios	36.688	-	36.688
Aplicações financeiras vinculadas	97.380	-	97.380
Ativos financeiros de concessões	494.836	-	494.836
Título patrimonial	-	48.638	48.638
Créditos com controladas	109.790	-	109.790
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	161.075	-	161.075
Total	2.069.935	48.638	2.118.573

	31/12/2013	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.156.267	3.156.267
Fornecedores	135.338	135.338
Contrato IBM	7.769	7.769
Total	3.299.374	3.299.374

(b) Consolidado

	31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	331.039	-	331.039
Contas a receber de clientes	888.237	-	888.237
Bancos e aplicações de convênios	25.151	-	25.151
Aplicações financeiras vinculadas	81.774	-	81.774
Ativos financeiros de concessões	558.964	-	558.964
Título patrimonial	-	40.748	40.748
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	164.518	-	164.518
Total	2.049.683	40.748	2.090.431

	31/12/2014	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.437.330	3.437.330
Fornecedores	128.471	128.471
PPP- Rio Manso	279.885	279.885
Contrato IBM	3.441	3.441
Total	3.849.127	3.849.127

	31/12/2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	261.938	-	261.938
Contas a receber de clientes	914.785	-	914.785
Bancos e aplicações de convênios	36.794	-	36.794
Aplicações financeiras vinculadas	97.380	-	97.380
Ativos financeiros de concessões	494.836	-	494.836
Título patrimonial	-	48.638	48.638
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	158.611	-	158.611
Total	1.964.344	48.638	2.012.982

	31/12/2013	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.157.700	3.157.700
Fornecedores	156.104	156.104
Contrato IBM	7.769	7.769
Total	3.321.573	3.321.573

22. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	3.453.455	3.315.144	3.473.385	3.332.374
Receita bruta de venda de produtos			3.521	3.500
Receita de construção	978.302	707.082	978.302	707.082
Total receita bruta	4.431.757	4.022.226	4.455.208	4.042.956
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos	(321.302)	(307.408)	(323.776)	(309.559)
Receita líquida	4.110.455	3.714.818	4.131.432	3.733.397

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Reversão de provisão não dedutível	26.525	33.058	27.578	33.796
Recuperação de contas baixadas	53.296	66.193	53.612	66.582
Outras receitas	30.526	9.476	32.575	11.355
Total outras receitas operacionais	110.347	108.727	113.765	111.733

23. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos	1.085.758	1.011.363	1.096.494	1.022.332
Materiais	129.885	118.939	132.531	121.270
Serviços de terceiros	630.146	615.020	638.743	624.842
Gerais	127.362	123.498	128.210	125.256
Depreciações e amortizações	485.605	428.034	488.130	430.618
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.358	73.672	95.376	75.649
Provisões para perdas materiais obsoletos	212	-	216	353
Custos de construção (*)	961.705	690.573	961.705	690.573
Custos dos produtos vendidos	-	-	1.213	857
Provisões para demandas judiciais	60.679	31.009	62.283	32.300
Equivalência patrimonial	9.425	7.177	-	-
Participação dos empregados nos lucros	19.818	32.670	19.818	32.670
Outros	99.070	50.707	102.319	46.883
Despesas operacionais	3.702.023	3.182.662	3.727.038	3.203.603
(-) Créditos tributários	(100.671)	(84.044)	(101.638)	(84.754)
Despesas operacionais líquidas	3.601.352	3.098.618	3.625.400	3.118.849
Custos	2.703.759	2.322.956	2.723.280	2.341.918
Despesas	897.593	775.662	902.120	776.931

(*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora / Consolidado	
	2014	2013
Salários e encargos	28.592	28.756
Materiais	74.227	61.212
Equipamentos	63.755	48.924
Serviços de terceiros	745.416	487.650
Custos de financiamentos	45.049	56.149
Outros	4.666	7.882
Total dos custos de construção	961.705	690.573

24. Despesas com Benefícios e Empregados

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários	589.792	557.100	596.892	564.698
Custos previdenciários	182.684	170.379	184.469	171.927
FGTS	57.162	64.999	57.639	65.434
Contribuição para plano de pensão	38.008	37.282	38.009	37.282
Programa de alimentação	134.566	116.632	135.765	117.854
Programa de saúde	51.346	46.785	51.487	46.908
Outros benefícios	32.200	18.186	32.233	18.229
Total	1.085.758	1.011.363	1.096.494	1.022.332
Número de empregados (não auditado)	12.540	11.864	12.939	12.241

25. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Juros ativos	9.894	9.907	8.718	8.780
Rendimentos com aplicações financeiras	28.481	37.601	28.482	37.646
Receita de variação monetária e cambial	21.765	14.200	21.730	14.136
Receita de ativos financeiros/outros	17.535	24.126	17.535	24.125
Total de receita	77.675	85.834	76.465	84.687
Juros sobre financiamentos	(210.297)	(181.481)	(210.418)	(181.544)
Despesa de variação monetária e cambial	(52.299)	(58.036)	(52.299)	(58.047)
Outras despesas	(1.889)	(5.086)	(905)	(5.156)
Total de despesa	(264.485)	(244.603)	(263.622)	(244.747)
Resultado financeiro	(186.810)	(158.769)	(187.157)	(160.060)

26. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 51,13% das ações da sociedade (Nota 18).

(a) Ativo, passivo e resultado

Além dos convênios descritos na Nota 15, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, CEMIG, Foz de Jeceaba e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora						
	31/12/2014						
	Subsidiárias			Total	Outras		
	Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação		Estado MG	CEMIG	Foz de Jeceaba
Ativo							
Circulante							
Clientes							
Valores faturados	-	-	-	-	23.842	-	-
Convênios	-	-	-	-	15.739	-	-
Créditos diversos							
Créditos com controladas	141	4.406	-	4.547	-	-	-
Não circulante							
Empréstimos	-	11.706	75	11.781	-	-	-
AFAC	4.651	-	-	4.651	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	40.748
Investimentos	13.578	-	-	13.578	-	-	-
Total do ativo	18.370	16.112	75	34.557	39.581	-	40.748
Passivo							
Circulante							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	1.257	-	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	6.930	-
Não circulante							
Provisão para perdas em investimentos	-	12.993	178	13.171	-	-	-
Total do passivo	-	12.993	178	13.171	1.257	6.930	-
Resultado							
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	114.188	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.315	98	1.413	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	6.028
Despesa energia elétrica	-	-	-	-	-	247.421	-

Controladora							
31/12/2013							
	Subsidiárias			Total	Outras		
	Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação		Estado MG	CEMIG	Foz de Jeceaba
Ativo							
Circulante							
Clientes							
Valores faturados	-	-	-	-	47.072	-	-
Créditos diversos							
Créditos com controladas	398	2.125	-	2.523	-	-	-
Não circulante							
Empréstimos	-	12.734	878	13.612	-	-	-
AFAC	96.178	-	-	96.178	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	48.638
Total do ativo	96.576	14.859	878	112.313	47.072	-	48.638
Passivo							
Circulante							
Convênios	-	-	-	-	11.248	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	17.476	-	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	10.832	-
Não circulante							
Provisão para perdas em investimentos	73.699	11.884	763	86.346	-	-	-
Total do passivo	73.699	11.884	763	86.346	28.724	10.832	-
Resultado							
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	107.828	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.373	75	1.448	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	8.913
Despesa energia elétrica	-	-	-	-	-	209.941	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2014	2013
Remuneração	5.253	4.637
Benefícios assistenciais	773	697
Total	6.026	5.334

26.1 Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- **Águas Minerais**

A partir de janeiro de 2012, a atualização monetária sobre os contratos de mútuo com esta subsidiária deixou de ser calculada e contabilizada, pois o saldo destes contratos foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital. Conforme AGE de 14 de abril de 2014 da subsidiária Águas Minerais, houve aumento do capital da referida subsidiária, através da integralização do saldo do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, existente em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$96.178.

- **COPANOR**

Contrato de mútuo, com remuneração de 90% do CDI.

- **Serviços de Irrigação**

O saldo existente em 31 de dezembro de 2014 referente ao contrato de mútuo, no valor de R\$970.997,38, foi baixado como perda da COPASA MG.

- **Fornecimento de energia**

A Companhia é grande consumidora de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo que o principal fornecedor desta energia é a CEMIG, empresa controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de cada unidade consumidora.

- **Contratos de financiamento com o BDMG**

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal dos negócios.

- **Contratos com a CODEMIG**

A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

- **Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União**

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto desses contratos é de R\$67.194, conforme Nota 12.

Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas tributárias constitucionais, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto desse contrato é de R\$219.725, conforme Nota 12.

27. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

O Estado e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

- 1º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 (trezentas e trinta e cinco) parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m³ de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m³ em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a receber registrado é de R\$244.914 sendo R\$47.403 no ativo circulante e R\$197.511 no ativo não circulante (R\$253.724 em 31 de dezembro de 2013 sendo R\$41.144 no ativo circulante e R\$212.580 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, a título de custo do Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em dezembro de 2011, o Município de Belo Horizonte apresentou medições de gastos realizados com o referido programa até o mês de dezembro de 2009. Considerando o compromisso de reembolso de parte do valor dessas medições a partir de janeiro de 2008, o seu valor foi atualizado até a referida data e baixado pelo valor total de reembolsos devidos no período, passando a representar um saldo de R\$214.933. Quando da apresentação de novas medições de gastos realizados pelo Município, será procedido o reembolso das 240 (duzentas e quarenta) parcelas remanescentes, limitado ao valor de R\$855 de cada parcela, atualizado pelo IPCA, e ao saldo atualizado do compromisso.

28. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2014:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias (1)
Odebrecht Ambiental	693.731	20/12/2013	5.475
Consórcio Orteng/Sonel	71.075	21/02/2013	990
Prefisan Ltda	68.299	18/11/2014	690
Mendes Junior Trading e Engenharia S/A	60.339	30/11/2012	810
Perfil Engenharia S/A	33.385	11/11/2014	720
Prefisan Ltda	28.797	23/05/2013	720
Sonel Engenharia S/A	27.824	22/12/2014	1.080
Prefisan Engenharia S/A	21.624	14/03/2012	1.080
Infracon Engenharia e Comércio Ltda	21.170	28/08/2013	540
Prefisan Ltda	20.118	11/12/2014	540
Comim Construtora Ltda	19.541	09/08/2013	720
Construtora Penchel Ltda	19.239	19/04/2013	720
Infracon Engenharia e Comércio Ltda	13.092	05/11/2014	540

1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são contabilizadas como ativos intangíveis sob o título “direito de exploração de concessões”, e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		% realização
	Empenhados	Realizados	
Belo Horizonte	261.140	87.155	33,37
Betim	80.286	73.521	91,57
Contagem	83.707	83.707	100,00
Montes Claros	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

29. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, na data de encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

30. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora / Consolidado		
	2014	2013
Renegociação de clientes com pagamento através da aquisição de terreno em Teófilo Otoni (Nota 09)	-	18.527
Transferência convênio PRODES/ANA (Notas 07 e 11)	4.614	4.201

31. Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de impairment”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso, nos termos do CPC 01, tomando por base os dados do ano de 2014, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população assistida e custo de capital até o prazo remanescente dos contratos de concessões vigentes ou em processo de renovação.

O resultado final do estudo demonstra a geração de VPL positivo, com Taxa Interna de Retorno de 10,71% a.a., conforme demonstrado abaixo:

	ANO BASE 2014		
	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL COPASA
Intangível Líquido Corrigido	5.586.895	3.903.486	9.490.381
VPL do Benefício Líquido	6.916.674	5.485.798	12.402.472
TIR	10,35	11,60	10,71

32. Eventos Subsequentes

Em razão da crise hídrica que se abateu sobre o sudeste brasileiro, em janeiro de 2015 a Companhia iniciou uma campanha para estimular a redução do consumo na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Estima-se uma redução da ordem de 15% do consumo na referida região, com impacto sobre a receita da Companhia. Outras medidas estruturantes e não estruturantes estão sendo desenvolvidas pela COPASA MG para minimizar os impactos da estiagem prolongada e seus reflexos sobre o abastecimento de água, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.